

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA**  
**ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT**

**ALICE RODRIGUES GONÇALVES**

**ORQUESTRA DA REAL CÂMARA DO RIO DE JANEIRO: 1808-1830**

**MANAUS – AM**

**2022**

ALICE RODRIGUES GONÇALVES

**ORQUESTRA DA REAL CÂMARA DO RIO DE JANEIRO: 1808-1830**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola Superior de Artes e Turismo da UEA como pré-requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Música – Violino.

Orientação: Prof. Dr. Márcio Leonel Farias Reis Páscoa

**MANAUS – AM**

**2022**

## RESUMO

Este artigo traz informações sobre a atividade da Orquestra da Real Câmara no Rio de Janeiro, contando desde sua formação com a chegada da Família Real portuguesa no Brasil, sua organização e sua participação na atividade musical da cidade. Devido à escassez de fontes organizadas e documentos a respeito desta entidade, foi realizado um cotejo de informações contidas em livros, jornais, anotações da estudiosa Cleofe Person de Mattos, e bibliografia sobre a vida musical no Brasil no período de 1808 a 1830, organizando-as em tópicos. São trazidos os eventos históricos que contribuíram para a formação da orquestra; identificação dos integrantes da orquestra e algumas de suas funções; tipos de eventos dos quais a orquestra participava, envolvendo música de câmara na corte, comemorações públicas, cerimônias religiosas, óperas, entre outros; e alguns dos registros sobre repertórios apresentados, enriquecendo a perspectiva sobre as práticas musicais orquestrais neste período.

**Palavras-chave:** Musicologia; História da Música brasileira; Orquestra da Real Câmara; Real Capela; Música no Rio de Janeiro

## ABSTRACT

The aim of this paper is to bring information about the activity of the Orquestra da Real Câmara in Rio de Janeiro, reporting since its formation with the arrival of the Portuguese Royal Family in Brazil, organization and participation in the musical activity of the city. Due to the scarcity of organized sources and documents about this entity, this research is a collection of information contained in books, newspapers, notes by the researcher Cleofe Person de Mattos, and bibliography about musical life in Brazil from 1808 to 1830, organized under topics. The historical events that contributed to the orchestra formation are presented; identification of the orchestra members and some of their functions; types of events in which the orchestra participated, involving court chamber music, public celebrations, religious ceremonies, operas, amongst others; and some of the records about the performed repertoire, enriching the perspective on orchestral musical practices in this period.

**Keywords:** Musicology; Brazilian Music History; Orquestra da Real Câmara; Real Capela; Music in Rio de Janeiro

## Introdução

Com a subida ao trono de Dom José I (1714-1777), em 1750, as atividades teatrais, bem como a construção de teatros, passaram a integrar uma estratégia política e cultural que se alastrou pelo reino. A multiplicação de agrupamentos musicais para o repertório lírico, sacro e eventualmente solene e lúdico é notável a partir deste período, representando a paixão da dinastia dos Bragança pela arte da música.

Após a morte de seu irmão mais velho, que deveria se tornar o futuro rei Dom José II (1761-1788), Dom João VI (1767-1826) tornou-se herdeiro do trono, assumindo a regência por conta do estado mental prejudicado de sua mãe, D. Maria I (1734-1816). Por não ser o primeiro na linha de sucessão ao trono, D. João não teve uma extensa formação política, mas sim uma rica vivência artística e musical. Scherpereel (1985, p. 13) destaca que “os lucros do comércio marítimo e, mais especialmente o ouro do Brasil afluindo à Corte de Portugal no século XVIII permitiram aos soberanos portugueses satisfazer o seu gosto pela ostentação, ao mesmo tempo que a sua paixão pela música.”

A Orquestra da Real Câmara de Lisboa é um ponto de destaque por vir a ser uma das orquestras mais prestigiadas na Europa, com número de integrantes que por vezes chegava a superar até mesmo outras grandes orquestras de Corte de sua época, e contava com a participação de músicos de renome. Com a transferência da Corte para o Brasil em 1808, se iniciou a reorganização da Orquestra da Real Câmara no Rio de Janeiro, precedida de uma história de décadas e de construção de elevado prestígio, agora contando com músicos tanto brasileiros quanto vindos de Lisboa e de outras diversas partes da Europa.

O objetivo deste estudo é a construção de uma visão panorâmica sobre a música no Rio de Janeiro a partir de um recorte histórico (1808-1830) de modo a permitir uma visão mais enriquecida sobre este tema até então pouco explorado, reunindo, organizando e interpretando informações existentes nas diversas fontes musicais, literárias, iconográficas, cartoriais e epistolares sobre a atividade musical orquestral no Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XIX, com enfoque na música realizada na Real Câmara e Real Capela, assim como participações de seus integrantes em atividades musicais no Rio de Janeiro. Durante o tempo de elaboração deste trabalho foram encontrados mais de 180 registros em jornais sobre a atividade musical tanto da Orquestra da Real Câmara quanto de alguns de seus integrantes, podendo este banco de dados aumentar com a expansão da investigação para diversos outros periódicos e documentos que ainda não foram consultados.

## Organização progressiva da Orquestra

Durante as guerras napoleônicas a pressão expansionista da França sobre a Europa deixou uma decisão complexa nas mãos da regência portuguesa. Cunha (1998) relata como, apesar de acordos de paz estabelecidos com a França, Portugal foi pressionado sob ameaças de invasão a cortar alianças com a Inglaterra e fechar seus portos aos britânicos. Fugindo destas ameaças sobre seu território, a corte portuguesa decidiu se transferir para o Rio de Janeiro, partindo de Lisboa em novembro de 1807.

A partir da chegada da corte ao Brasil em 1808, houve a preocupação em adotar hábitos e políticas públicas que assemelhassem o Rio a Lisboa (FONTES, 2006) em termos de estrutura institucional e sociabilidade cotidiana. Para continuar a tradição musical sacra sempre presente na vida da corte, foi se iniciando progressivamente a formação de uma orquestra que enriqueceria a vida musical e religiosa da família real e do próprio Brasil, como relata Cardoso (2011):

“Antes, portanto, de propiciar, à sua nova corte na América, qualquer melhoramento no campo da música profana – como propor a construção de um maior e mais aparatado espaço de audição de óperas – o então Príncipe Regente cuidou logo de organizar a música da nova Sé e Capela Real.”

Nas palavras de Monteiro (2013), “a chegada da corte ao Rio de Janeiro conferiu grande impulso à música religiosa e à secular, sendo fator preponderante na primeira a reorganização da Capela Real, e na segunda, a chegada ao Rio de Janeiro, em 1811, do compositor de óperas Marcos Portugal, como foi dito”, que levaram ao florescimento tanto da música religiosa quanto do teatro de ópera.

Tendo a corte já se instalado na Quinta da Boa Vista, a Igreja do Carmo foi escolhida como nova Capela Real devido à sua proximidade do Real Palácio, “não só para maior comodidade e edificação da minha Real Família, mas sobretudo para maior decência e esplendor do Culto Divino.”<sup>1</sup> Segundo Cardoso (2011, p.184), aparentemente até o fim de 1809 a Catedral manteve-se com praticamente os mesmos músicos nativos, devido à transferência de todas as pessoas, cantores e ministros da Igreja do Rosário, antiga Catedral da Sé, para a nova Capela Real, como escrito no Alvará Régio de 15 de junho de 1808<sup>2</sup>. Cunha (1998) relata também que ao longo do tempo de organização da Capela, músicos coristas italianos e portugueses que trabalhavam para a Corte em Lisboa foram integrando-se ao grupo

---

<sup>1</sup> Collecção das Leis do Brazil de 1808, p.65

<sup>2</sup> Idem.

de acordo com as decisões de Dom João. Monteiro (2013) diz que “com a chegada da corte portuguesa, em 1808, a Igreja dos Carmelitas – a nova Sé – torna-se a Capela Real e o Rio de Janeiro é considerado ‘o mais importante núcleo de música religiosa da América’ (...)”

Há registros de atividades musicais na Real Câmara se iniciando em 1808, com a realização de pequenos oratórios e audições, no espaço onde mais tarde a orquestra já formada realizaria concertos<sup>3</sup>. José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), mestre de capela da Sé do Rio de Janeiro desde 1798, foi logo nomeado mestre de música da Real Capela, ganhando a admiração do Príncipe Regente. Uma das referências mais antigas à atividade musical na Real Câmara na capital brasileira data de 1809, quando ocorreu uma reunião realizada no Paço de São Cristóvão em abril do ano citado, que contou com a presença do Príncipe Regente D. João. Nesta reunião o Pe. José Maurício Nunes Garcia teria tocado cravo e cantado obras de Mozart e Cimarosa, deixando D. João tão entusiasmado a ponto de prender na batina do padre as insígnias da Ordem de Cristo, tendo no momento as retirado do peito do Visconde de Vila Nova Da Rainha<sup>4</sup>.

O agrupamento musical foi se estruturando com a chegada de alguns instrumentistas da Real Câmara e Capela de Lisboa em 1810, quando começaram a ser inseridos na folha de pagamento, segundo consta nos Livros da Mordomia da Casa Imperial, no Códice I, Livros de 1 a 81<sup>5</sup>. Scherpereel (1985, p.37-38) relata que em 1810 Nicolau e Pedro Carlos Heredia, músicos da Real Câmara de Lisboa, embarcam rumo ao Rio de Janeiro, Nicolau levando sua mulher e seus cinco filhos. Junto com eles embarcam outros quatro músicos da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa. Em meados de 1812 partem, enviados para o Brasil por “Sua Alteza Real”, mais três músicos da Real Câmara de Lisboa, Policarpo José de Faria Beltrão, Eugênio José Farnese e Vicente Della Corte.

Ainda em 1810, o italiano Francisco Ansaldi chega de Montevideú com 23 anos, sendo recomendado para “empregar-se na Real Capela” por meio de um requerimento a D. João que, nas palavras de Mattos<sup>6</sup>, parece ter sido feito com a letra de José Maurício. No requerimento é relatado que Ansaldi já havia tocado rabeça na presença de D. João em Lisboa, assim como já havia tocado três vezes um Concerto de Rabeça na Real Capela do Rio

---

<sup>3</sup> ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: Real Câmara, p. 9.  
<[http://www.acpm.com.br/CPM\\_48-04-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_48-04-01.htm)>

<sup>4</sup> Ibid., p. 1, 9, 10.

<sup>5</sup> Ibid., p. 11.

<sup>6</sup> ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: músicos e famílias de músicos do Rio de Janeiro, de B a V, p. 9. <[http://www.acpm.com.br/CPM\\_65-18-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_65-18-01.htm)>

de Janeiro. O músico foi admitido no mesmo ano junto com Joaquim Corrêa dos Santos, que também tocava rabeça, por meio de ofício do Visconde de Vila Nova da Rainha e com o mesmo ordenado que recebiam outros músicos desta orquestra em Lisboa<sup>7</sup>.

Os músicos indicados eram de alta categoria, formando assim uma “excelente orquestra”, comenta Marrocos em uma carta<sup>8</sup> impressionando embaixadores e nobres estrangeiros com suas qualidades musicais. Tendo em vista os nomes contratados para a Real Câmara, praticamente todos citados como instrumentistas (entre outros contratados para atividades específicas relacionadas à orquestra), faz-se crer que os mesmos atuassem com os cantores e a orquestra da Real Capela<sup>9</sup>.

### **Instrumentistas da Orquestra**

A estruturação da orquestra se deu de modo progressivo, a partir da chegada de alguns instrumentistas da Real Capela de Lisboa em 1810. Mattos (1997, p. 240) também descreve: “Chegou Marcos Portugal ao Rio de Janeiro em torno de junho de 1811 acompanhado de músicos que se destinavam à Capela Real e Real Câmara e outros que se preparavam para ocupar um posto no Real Teatro do Rio de Janeiro, já em construção”. A documentação a respeito é escassamente divulgada, mas há registros nos Livros da Mordomia da Casa Imperial (Códice I, Livros de 1 a 81), iniciados teoricamente em 1808, relatando indicações de músicos para compor a orquestra. O encarregado de “meter em folha” os músicos e realizar os pagamentos era o tesoureiro da Real Casa, Joaquim José de Azevedo<sup>10</sup>.

“Notemos, no entanto, (...) que, apesar da grande concorrência de músicos estrangeiros de reconhecida excelência para o Rio de Janeiro, a presença mais assídua no conjunto da Capela Real, ainda era, em 1817, a do elemento nativo, crioulo ou mulato (...)” (CARDOSO, 2011)

Segue então a relação dos músicos citados nos Livros da Mordomia, com informações sobre os instrumentos tocados e cargos, assim como as datas em que foram adicionados à folha de pagamento, como registrado por Cleofe Person de Mattos em suas anotações e em Andrade (1967).

---

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> ACERVO CLEOFE PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: Real Câmara, p. 6.  
<[http://www.acpm.com.br/CPM\\_48-04-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_48-04-01.htm)>

<sup>9</sup> Ibid., p. 6-7, 21.

<sup>10</sup> Ibid., p. 11.

- Nicolau Heredia (fagote) (01 de abril de 1810)
- Pedro Carlos Heredia (01 de abril de 1810)
- Manoel Joaquim Corrêa dos Santos (rabeça) (21 de novembro de 1810)
- Francisco Inácio Ansaldi (1º rabeça) (21 de novembro de 1810)
- Policarpo José de Faria Beltrão (1º rabeção da Real Câmara) (1 de julho de 1812)
- Eugenio José Farnese (rabeção) (1 de julho de 1812) (Volta a Lisboa em 1821)
- Vicente Della Corte (oboé) (1 de julho de 1812) (Volta a Lisboa em 1821)
- Pedro Teixeira de Seixas (violoncelo e Mestre da Câmara) (20 de julho de 1812) (Falecido em 1832)
- Luis Folia (timbales e violino) (20 de julho de 1812) (Falecido em 1831)
- José Joaquim da Silva (clarinete) (20 de julho de 1812)
- José do Carmo Torres Vedras (trompa) (16 de setembro de 1814)
- Ignácio Pinheiro da Silva (professor de música e mestre da banda da Real Fazenda de Santa Cruz<sup>11</sup>) (7 de dezembro de 1814) (Falecido em 1842)
- Quintiliano José de Moura (professor de música e mestre da banda da Real Fazenda de Santa Cruz<sup>12</sup>) (7 de dezembro de 1814)
- Joaquim de Almeida (trompa) (7 de abril de 1815)
- Antonio Joaquim de Barros (clarinete e flauta) (22 de julho de 1816)
- Bernardino Antonio de Barros (flauta) (22 de julho de 1816)
- João José Kramer (trompa, clarim, cantor) (22 de julho de 1816)
- Valentim Ziegler (trompa) (22 de julho de 1816) (foi para Portugal em 1821)
- Leonardo da Motta (fagote) (1 de abril de 1816) (Falecido em 1822)
- Aleixo Bosch (clarinete) (22 de julho de 1816) (foi para Portugal em 1822) (Abandona a RC em 1842)
- Alexandre José Baret (fagote) (22 de julho de 1816)
- José Mosman (trombão) (22 de julho de 1816)
- Francisco Tani (trompa) (24 de outubro de 1816)
- José Fernandes da Trindade (contrabaixo) (23 de novembro de 1816) (falecido em 20 de junho de 1865)
- Pedro (Pierre) Laforge (flauta) (11 de dezembro de 1816)
- José Tibúrcio (violoncelo, tímpano) (3 de setembro de 1818) (faleceu em 1825)

---

<sup>11</sup> CAVALCANTI, 2004, p. 182

<sup>12</sup> Ibid.



- Vicente Masoni (violino) (2 de janeiro de 1818)
- João Liberalli (violino) (30 de dezembro de 1819)
- José Muraglia (violino) (1825) (tocava nas lições de dança da SS AA II<sup>13</sup>)
- João Antônio da Silva (violino, copista) (1828)
- Joseph Fachinetti (violino, compositor) (17 de novembro de 1841)
- José Pereira Rebouças (violino) (17 de novembro de 1841)
- D. Leopoldina (cravo)
- Francisco Manoel da Silva (timbales, violoncelo, Mestre de Câmara) (1823)
- Cristóvão Tani (violino) (1825) (Em 14 de janeiro de 1820 pede para ser músico da Real Câmara. O Visconde de Vilanova da Rainha informou que ele não teria condições no instrumento senão já teria entrado, pois requereu várias vezes. Marcos Portugal já havia informado isso)<sup>14</sup>

Outros cargos relacionados à orquestra listados nas folhas de pagamento:

- Pedro Colonna (professor de dança)
- Francisco Manoel Chaves (copista da Real Capela, Real Câmara e Real Quinta) (1818)
- Pe. Joaquim Damaso (bibliotecário)
- Luiz Joaquim dos Santos Marrocos (Encarregado da Direção e Arranjo das Reais Bibliotecas) (22 de março de 1821)
- Pedro Teixeira de Seixas (violoncelo, mestre da Câmara) (5 de agosto de 1812) (faleceu em 1832)
- Francisco Manoel da Silva (Mestre da Câmara, Mestre Compositor de Música da Imperial Câmara, Mestre de Música da Imperial Capela, timbales, violoncelo) (26 de junho de 1841 nomeado M.C.)
- Arcangelo Fiorito (Mestre da Câmara, compositor, cantor) (1860)
- Antonio José de Araújo (organista, afinador de cravos e outros instrumentos da Real Câmara) (7 de dezembro de 1814)
- Ignácio de Freitas (compositor e violinista)

---

<sup>13</sup> ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: Real Câmara, Real Capela, contratação de músicos, pagamentos, p. 1. <[http://www.acpm.com.br/CPM\\_70-09-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_70-09-01.htm)>

<sup>14</sup> ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: Real Câmara, p. 33. <[http://www.acpm.com.br/CPM\\_48-04-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_48-04-01.htm)>

- Fortunato Mazziotti (professor de música, Mestre de Capela a partir de abril de 1816)

É registrada também a concessão de pensões para familiares ou pessoas próximas de alguns músicos falecidos ou que estariam necessitados:

- Januária Evarista Portugal (pensão, viúva de Simão Portugal, compositor e organista da Real Capela) (23 de junho de 1813)
- José Ignacio Pereira (pensão) (19 de julho de 1816)
- Eugênia Heredia (pensão, viúva de Pedro Carlos Heredia) (14 de novembro de 1816)
- Rufina Rosa de Oliveira (pensão, mulher de leite de D. Maria da Glória) (19 de fevereiro de 1821)
- Três filhos de Nicolau Heredia (pensão) (1818)

Como a Quinta da Boa Vista era distante da cidade e de relativamente difícil acesso, os músicos eram obrigados a se deslocar frequentemente para o local de trabalho a cavalo ou sege (carruagem pequena de apenas duas rodas), o que fazia com que não fossem raras as recomendações das autoridades quanto à punição de músicos da Real Câmara que faltavam com suas obrigações. Com isso, ficou a cargo dos inspetores o severo controle da presença dos músicos, que não deveriam ser pagos sem que se mostrasse o atestado do inspetor de que cumpriram com suas obrigações, segundo consta no ofício em que o violinista Liberali é adicionado à folha de pagamento, de 1820<sup>15</sup>.

Cunha (1998) relata que o salário médio anual dos instrumentistas da Real Câmara era de aproximadamente 153\$600, com alguns chegando a receber 260\$000 por ano, enquanto os organistas ganhavam 300\$000 por ano. Havia uma grande discrepância entre os salários dos músicos, que pode ser justificado por diferenças na qualidade técnica dos mesmos, ou, como explica Cardoso (2011), pelo acúmulo de funções na câmara. Os músicos que participavam da orquestra da Real Câmara eram pagos pela folha da Casa Real<sup>16</sup>, mas dificuldades financeiras do momento pré-independência levaram os mesmos a solicitar que fossem pagos pela folha da Real Capela, pois o Estado havia diminuído metade dos seus ordenados. Embora estivessem resignados com a diminuição, havia seis meses que nem mesmo essa porção tinham recebido,

---

<sup>15</sup> Ibid., p. 2, 20, 33.

<sup>16</sup> ACERVO CLEOFE PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: Real Câmara, Real Capela, contratação de músicos, pagamentos, p. 1. <[http://www.acpm.com.br/CPM\\_70-09-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_70-09-01.htm)>

enquanto os que serviam na Real Capela eram completamente pagos. Este novo arranjo nos pagamentos fez com que se dificultasse a identificação posterior de quais deles seriam, na prática, músicos pertencentes à Real Câmara, e, como nota Cardoso (2011, p. 205-206) fez com que a lista de músicos na folha da Capela quase dobrasse em relação ao que era registrado no Almanaque de 1816.

D. Pedro (1798-1834) teria concordado com este arranjo (em portaria de agosto de 1822), mas foi-lhe mostrado posteriormente os inconvenientes da medida. O caso ficou sem solução até o tesoureiro da Real Capela Antônio Pereira de Carvalho perguntar a D. Pedro se os músicos que são ao mesmo tempo da Câmara e da Capela deveriam receber cumulativamente pelas duas folhas. O despacho de D. Pedro data de 3 de outubro e diz “cobrem o ordenado da Câmara e a gratificação da Capela pela folha da dita”<sup>17</sup>. Essa crise financeira que atingiu também os músicos da Real Câmara levou a orquestra a uma fase de decadência, que só foi ganhar nova vida quando D. Pedro II assumiu o poder<sup>18</sup>.

No *Almanach do Rio de Janeiro* são relatadas quantidades de músicos da Real Capela, sendo que, nos almanaques de 1816 e 1817<sup>19</sup>, instrumentistas e cantores são descritos genericamente como “Músicos” e não há especificação de quantidades para cada categoria. Já nos almanaques de 1824 a 1827<sup>20</sup>, cantores e instrumentistas são contados separadamente, mostrando durante todo este período a quantidade fixa de 18 instrumentistas. A orquestra da Real Câmara teria proporções semelhantes, como pode-se observar na tabela que será apresentada mais à frente.

Spitzer e Zaslav (2004, p. 308) trazem uma estimativa do equilíbrio entre instrumentos em uma orquestra clássica, com sopros formando de 20 a 50 por cento do grupo, violinos compondo 50 a 70 por cento da seção de cordas juntamente com 10 a 15 por cento de violas e 20 a 30 por cento de violoncelos e contrabaixos. A partir destas observações e utilizando a lista de músicos registrados nas folhas de pagamento é possível especular sobre o tamanho e a formação orquestral nesse período, feita assim uma tabela com possíveis instrumentistas da

---

<sup>17</sup> ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: Real Câmara, p. 19, 34-36, 39.  
<[http://www.acpm.com.br/CPM\\_48-04-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_48-04-01.htm)>

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>19</sup> *Almanach do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1816, p. 66  
*Idem*, 1817, p. 83

<sup>20</sup> *Idem*, 1824, p. 112

*Idem*, 1825, p. 61

*Idem*, 1826, p. 44

*Idem*, 1827, p. 53

Orquestra da Real Câmara no ano de 1822 e suas funções, contando-se 23 músicos registrados.

*Quadro 1. Composição nominal na Orquestra da Real Câmara distribuída por instrumentos, em 1822.*

<b>CORDAS</b>	<b>SOPROS</b>
<b>Violinos</b> Manoel Joaquim Corrêa dos Santos Francisco Ansaldi Luis Folia Vicente Masoni	<b>Flautas</b> Antonio Joaquim de Barros Bernardino Antonio de Barros Pedro Laforge
<b>Violoncelos</b> Pedro Teixeira de Seixas José Tibúrcio	<b>Clarinetes</b> José Joaquim da Silva Aleixo Bosch
<b>Contrabaixos</b> Policarpo José de Faria Beltrão Eugenio Farnesi José Fernandes da Trindade	<b>Fagotes</b> Leonardo da Motta Alexandre Barreto
	<b>Oboé</b> Vicente de La Corte
	<b>Trompas</b> José do Carmo Torres Vedras Joaquim de Almeida João José Kamer Valentim Ziegler Francisco Tani
	<b>Trombão</b> José Mosman

*Fonte: Elaborado por GONÇALVES (2022); baseado em Almanach do Rio de Janeiro (1824); MATTOS, Rio de Janeiro: Real Câmara; ANDRADE (1967)*

## Atuação da Orquestra

Cranmer (2019, p. 3) explica que “conforme as tradições das cortes absolutistas europeias, era costume dividir a atividade musical em três áreas: a capela, o teatro e a câmara”. Os músicos, apesar de pertencerem a instituições separadas, atuavam juntos com certa frequência, de acordo com a demanda para eventos envolvendo a Família Real. A orquestra da Real Câmara era também a principal produtora de música de câmara na cidade do Rio, como diz Andrade (1967, V. I, p. 128):

“O teatro era, como a igreja, um ponto obrigatório de reunião social. Sua alteza ia ao teatro e ia à igreja. Era o quanto bastava para que todo mundo fosse ao teatro e à igreja. Sua Alteza não ia a concertos. Todo mundo julgava-se por isso, dispensado de ir a concertos. E por que haveria Sua Alteza de ir a concertos se os tinha a domicílio, executados pelos músicos de sua Real Câmara, à hora que lhe conviesse? Em grande parte, foi por essa razão que custou a formar-se clima para concertos no Rio de Janeiro. Concertos propriamente ditos no Rio de Janeiro daqueles dias, a não ser em ambientes privados, o que não era comum, só mesmo os da Real Câmara, que tanto se realizavam no Paço de S. Cristóvão, como em Santa Cruz”

Em jornais como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Almanach do Rio de Janeiro*, *Correio Brasiliense* e *O Espelho*, figuram notícias da atividade da orquestra e do repertório apresentado, sendo selecionadas parte delas como exemplos para esta pesquisa. As realizações musicais na Quinta da Boa Vista eram sobretudo do gênero profano, como trechos de ópera com a participação de solistas (castrados ou não), sinfonias, serenatas, saraus no Paço da Boa Vista e presença em eventos sociais<sup>21</sup>. Marrocos também comenta em uma carta que D. Carlota Joaquina (1775-1830) levava a “excelente orquestra” para sua chácara em Botafogo, em eventos sociais<sup>22</sup>.

Havia também o funcionamento de uma capela na Real Quinta, sendo assim, o gênero religioso também era praticado e tinha importância no cotidiano da família de D. João, muito apegado às cerimônias religiosas<sup>23</sup>. Nesta capela eram realizados os Oratórios do Paço, realizados em comemoração aos santos mais diretamente ligados à família real, como N. Sra. do Carmo, S. João Batista, S. Bárbara. Estes eventos possuem registros de seus custos nos Livros de Despesa das Funções da Corte (no Arquivo Nacional) entre os anos de 1809 e 1814

---

<sup>21</sup> Ibid., p. 1, 3, 7, 9.

<sup>22</sup> Ibid., p. 6.

<sup>23</sup> Ibid., p. 3.

sendo que a organização administrativa que geria os oratórios era feita em quartéis (trimestres) do ano<sup>24</sup>.

A orquestra da Real Câmara atuava com frequência em conjunto com os cantores da Real Capela em ocasiões solenes como exéquias, casamentos e missas. Kiefer (1977, p. 48) diz que “em ofícios solenes, o número de músicos, entre cantores e instrumentistas, chegava a cerca de 150”. Mattos cita o batizado de D. Maria da Gloria, a missa pela elevação do Brasil a Reino Unido<sup>25</sup> e Exéquias Solenes realizadas em 1816. Na *Gazeta do Rio de Janeiro* encontra-se, por exemplo, a descrição das exéquias de D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante da Espanha, realizadas na Real Capela em 1812, que contou com a participação dos músicos da Real Câmara regidos por Marcos Portugal:

“Às 7 horas e meia o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Diocesiano, Capelão Mor, começou as Matinas, cujos responsórios foram cantados pelos músicos da Real Câmara e da Capela, dirigidos pelo insigne Marcos Antonio Portugal, Mestre de SS. AA., o qual nesta excelente composição sustentou a grande reputação que tem adquirido, ainda nos Países Estrangeiros. Seguiram as Laudes Cantadas pelos Capelães Cantores da Real Capela.”<sup>26</sup>

Foram desempenhadas no mesmo evento composições de Fortunato Mazziotti, também músico da Real Câmara:

“No dia 26 às 11 horas da manhã, entrou o Excelentíssimo Bispo, acompanhado dos Ilustríssimos Monsenhores, e Reverendos Cônegos, todos ricamente paramentados, e depois das cerimônias de costume, começou a missa, sendo a música do célebre Zanetti, dirigida pelo mesmo Portugal. (...) Então o Excelentíssimo Bispo, e os Ilustríssimos e Reverendos Cônegos desceram ao Cruzeiro, e tomando os competentes lugares em torno da Eça, cantaram os músicos sucessivamente cinco Resposos (...) Os Resposos eram os das Matinas, exceto o primeiro, cuja Música era composta por Fortunato Mazziotti.”<sup>27</sup>

Em 14 de junho de 1813 foram semelhantemente executadas as exéquias da infanta D. Maria Anna (1736-1813):

“Às 8 horas o Excelentíssimo Reverendíssimo Bispo Capelão Mor começou as Matinas, cujos responsórios foram cantados pelos músicos da Real Câmara e Capela, dirigidos pelo célebre Marcos Antonio Portugal, Mestre de SS. AA. Seguiram-se as laudas cantadas pelos capelães da Real Capela. (...) e depois das cerimônias de costume, começou a Missa, sendo a música de Zannetti, dirigida pelo mesmo Portugal.”<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> Ibid., p. 3-6.

<sup>25</sup> Ibid., p. 6, 9

<sup>26</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1 de Julho de 1812, n°53, p.3.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1813, n°48, p.3, 4.

Por ocasião do armistício no fim da batalha de Toulouse em 1814 foi realizada uma missa solene com a presença da corte na Real Capela em 19 de junho do mesmo ano. A missa, a oração e o *Te Deum* foram cantados pelos músicos da Real Câmara e Capela.<sup>29</sup>

A participação conjunta dos dois grupos também é relatada em uma missa solene comemorando o retorno do Papa Pio VII (1742-1823) ao Vaticano, em 2 de novembro de 1814, após seu exílio pela oposição a Napoleão:

“O PRÍNCIPE REGENTE Nosso Senhor, querendo dar ao OMNIPOTENTE as devidas graças, e ao mesmo tempo mostrar o seu regozijo, pelo faustíssimo motivo de entrar o SS. P. Pio VII de posse de sua Sé, e dos seus Estados, (...) baixou, no dia 28 do passado, à sua Real Capela, acompanhado de sua Corte, onde fez cantar uma Missa solene, a que se seguiu uma eloquente Oração Sagrada; rematando com um grande *Te Deum* da composição do célebre Marcos Portugal, regido pelo mesmo compositor, e excelentemente desempenhado pelos músicos da sua Real Câmara e Capela.”<sup>30</sup>

No dia 23 de janeiro de 1815, juntamente com uma iluminação de três noites sucessivas e decoração especial nas janelas e ruas da cidade, foi celebrado o aniversário da chegada da família real ao Rio de Janeiro:

“(...) celebrou Pontifical na Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas, para esse fim ricamente armada, com assistência do Senado da Câmara, e das autoridades públicas. Depois da Missa cantada por um grande número de músicos, houve sermão, rematando aquela religiosa solenidade um magnífico *Te Deum*. (...) a Música estava ali em um amplíssimo coreto (...). Neste momento rompeu de novo a Orquestra, as tropas deram três descargas entremeadas de alegre música(...). Finalizada esta brilhante cerimônia entre vivas aclamações a toda a Família Real, se dirigiu ao Teatro aquele grande concurso de espectadores; e ali se renovarão os aplausos por tão digno motivo.”<sup>31</sup>

No dia 22 de abril de 1816 foi celebrado um Ofício solene pelo falecimento da Rainha D. Maria I. A Capela Real foi decorada e iluminada de modo a representar o luto sentido e a música foi tocada pela Real Câmara e Capela:

“(...) Às (hora ilegível) começou o Ofício solene, sendo presidido pelo Exmo. Bispo Capelão Mor, e acompanhado de excelente Música, composta e dirigida pelo insigne Marcos Antônio Portugal, a que concorreu imenso povo, e que durou até o fim do referido dia. No seguinte às 10 horas e meia entrou o Exmo. Bispo Capelão Mor acompanhado do seu Cabido, e feitas as vênias a Eça, se dirigiu para a Capela Mor, onde celebrou pontificalmente o Sacrossanto Sacrifício da Missa, sendo assistente o Ilmo. Monsenhor Deão, e sendo a Música da dita inteiramente nova, e da composição do mencionado

<sup>29</sup> Idade D' Ouro Do Brazil. Bahia, 1814, ed. 00062, p.2-3.

<sup>30</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2 de Novembro de 1814, n°88, p. 4.

<sup>31</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 18 de Fevereiro de 1815, n°14, p. 1.

Mestre, que pareceu exceder-se nesta obra prima. (...) Acabado o Discurso, seguiram-se as encomendações de S. Ex. Reverendíssima e dos Ilustríssimos Monsenhores, acompanhadas dos responsórios de Música do mesmo distinto Compositor.”<sup>32</sup>

No dia 9 de junho de 1816 foram realizadas as exéquias da Rainha D. Maria I. A Igreja do Real Convento da Ajuda foi coberta com decoração representativa do luto e os músicos fizeram sua participação:

“(…) Às 7 horas da tarde do dia 9 começaram Matinas, oficiadas por comissão de S. Ex. Reverendíssima pelo Ilustríssimo Monsenhor Decano, que fez sua entrada com a solenidade praticada na Real Capela. Dirigiu esta ação um Mestre de Cerimônias da mesma Real Capela, e cantaram-se em grande orquestra, e por todos os Músicos da Real Câmara e Capela, os responsórios do nunca excedido David Peres, regidos por Fortunato Mazziotti, Compositor ao serviço de S. M. (...). Finda a qual seguiram-se as Absoluções de etiqueta feitas por quatro Monsenhores, e terminadas por S. E. Reverendíssimo, repetindo o mesmo coro de Música, que houvera de véspera os responsórios de Peres.”<sup>33</sup>

No dia 17 de julho de 1816 o 3º Regimento de Infantaria realizou as honras fúnebres à Rainha D. Maria I na Igreja dos Terceiros de S. Francisco de Paula:

“(…) às 7 horas da noite começou o Ofício, presidido pelo Monsenhor Decano; sendo os Responsórios do célebre David Peres, cantados pelo Músicos da Real Câmara e Capela, regidos por Fortunato Mazziotti Compositor de S. M. (...) No dia 18 logo pela manhã começaram os Sacerdotes Seculares e Regulares a dizer um grande número de Missas, e pelas 10 horas começou a Missa, que celebrou o Ilustríssimo Monsenhor Décimo, cuja Música foi desempenhada pelos mesmos Professores da Real Câmara e Capela (...)”<sup>34</sup>

No dia 7 de março de 1817 foi comemorado o aniversário da chegada do Rei na cidade do Rio de Janeiro, contando com a participação da orquestra nas cerimônias:

“(…) Houve S. M. por bem, segundo o costume, baixar à sua Real Capela seguido de sua Corte, onde depois da Missa acompanhada de Música da composição de Fortunato Mazziotti, executada excelentemente pelos Músicos da Real Câmara e Capela, recitou uma eloquente Oração o R. P. M. Pregador Régio Fr. Francisco do Monte Alverne; finda a qual se cantou o Te Deum em ação de graças; sendo todas estas religiosas funções desempenhadas com a maior pompa. (...)”<sup>35</sup>

No dia 20 de março de 1817 foi realizada uma cerimônia para o aniversário do falecimento da Rainha D. Maria I:

---

<sup>32</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 17 de Abril de 1816, nº34, p. 1.

<sup>33</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 6 de Julho de 1816, nº54, p. 3.

<sup>34</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 24 de Julho de 1816, nº59, p. 3.

<sup>35</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 8 de Março de 1817, nº20, p. 3.



“(…) Dignou-se El Rei Nosso Senhor de ir à Igreja das Religiosas de Nossa Senhora da Ajuda para fazer celebrar um Ofício e Missa de Defuntos, sendo tudo acompanhado de excelente Música do insigne Marcos Portugal, regida pelo mesmo Mestre, e desempenhada dignamente pelos Músicos da Real Câmara e Capela. (...)”<sup>36</sup>

Em março de 1817, com a chegada do caixão que D. João encomendou de Portugal, foi realizada uma nova cerimônia em homenagem ao falecido Infante da Espanha, da qual a orquestra também participou:

“Feito o exame, e fechado o caixão na forma costumada, o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Capelão Mor com seu Cabido, e acompanhado dos Religiosos do convento, foram à Capela do Depósito, donde o corpo foi levado à Igreja pelos Grandes do Reino, segundo o féretro S. M., e seus Augustos Filhos; posto na Eça o corpo, começaram as Matinas e Ofício de Defuntos com os Responsórios do célebre Portugal, cantados pelos Músicos da Real Câmara e Capela, e regidos pelo mesmo insigne compositor, estando S. M. presente até o fim.”<sup>37</sup>

Em 2 de agosto de 1817, para comemorar o fim da Revolução Pernambucana, foi realizada uma missa, com a participação de parte dos músicos da Real Câmara, regidos pelo cantor João dos Reis Pereira:

“(…) o Regimento N° 4 de Infantaria e Milícias desta Corte, desejando dar ao Céu as devidas ações de graças pelo pela submissão dos povos de Pernambuco, assim como à pessoa do Nosso Grande e Amável Soberano, o mais enérgico, e público testemunho do seu amor, e de sua vassalagem; fez solenizar na Capela da Ordem 3.a da Conceição do Hospício, uma Missa Cantada pela maior parte dos músicos da Real da Câmara. (...) Terminou toda ação por um grande Te Deum, regido pelo Músico da Real Câmara João dos Reis; no fim do qual houve 3 salvas de alegria, pelo dito Regimento, seguidas de vivas a ELREI.”<sup>38</sup>

Também em 1817 a orquestra participou do evento da chegada da princesa Maria Leopoldina da Áustria (1797-1826) ao Brasil, por conta de seu casamento com D. Pedro:

“Às 2 (e meia) horas chegaram à Real Capela SS. MM. E AA. RR., com todo o mencionado acompanhamento. Ali foram recebidos pelo Excelentíssimo Bispo Capelão Mor, lançou as bênçãos nupciais, a que se seguiu um Te Deum, acompanhado de excelente música, composta pelo insigne Marcos Portugal, e executada pelos músicos da Real Câmara e Capela: o que tudo terminou pelas 4 horas e meia, salvando então as fortalezas e a esquadra.”<sup>39</sup>

<sup>36</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 22 de Março de 1817, n°24, p. 3.

<sup>37</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 29 de Março de 1817, n°26, p. 3.

<sup>38</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1817, n°75, p. 4.

<sup>39</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 8 de Novembro de 1817, n°90, p. 3.

No dia 6 de fevereiro de 1818, quase dois anos após o falecimento de D. Maria I, foi comemorada a aclamação de D. João VI como Rei com uma grandiosa festa que durou dois dias, contando com a participação dos músicos da Real Câmara:

“O Excelentíssimo Capelão Mor pôs no Troneto cercado de imensas luzes a Sagrada Relíquia, e subindo ao Sólido, entoou o Te Deum, que cantaram os Músicos da Real Câmara e Capela, dirigidos pelo célebre Marcos Portugal, Mestre de SS. AA. RR., Compositor daquela excelente Música.”<sup>40</sup>

Por ocasião do aniversário de uma das filhas de D. João, referida apenas como “Princesa da Beira”, foi realizada no dia 12 de maio de 1819 uma cerimônia de ações de graças com uma cerimônia religiosa e ornamentações pela cidade e no Templo, na qual se ouviram apresentações musicais:

“Estava o Templo ricamente ornado, e iluminado com profusão de luzes, e nele era reservada a SS. MM. e AA. RR. uma Tribuna ornada com toda a decência e elegância.

Celebrou em Pontifical o Ilustríssimo Monsenhor Roque da Silva Moreira. A música foi da composição do célebre Marcos Portugal, executada por muitos Músicos da Real Câmara e Capela, e dirigida pelo Mestre da mesma o Padre José Maurício Nunes Garcia. (...)

Finda a Oração cantou-se o Te Deum, excelente composição do citado Marcos Portugal, executada pelos mencionados Professores.”<sup>41</sup>

No dia 19 de março de 1830, o Imperador D. Pedro I fez celebrar as exéquias de sua mãe, D. Carlota Joaquina:

“Pelas 6 horas Suas Majestades o Imperador, a Imperatriz, e a Rainha de Portugal e Suas Altezas Imperiais e Real, desceram à Imperial Tribuna, e achando-se presentes o Corpo Diplomático, os Conselheiros, e Ministros d’Estado, Grandes do Império, e um numeroso concurso, entoou o Excelentíssimo Bispo Capelão Mor o Ofício de Defuntos, que foi cantado pelo seu Cabido, sendo os Responsórios do Insigne David Perez desempenhados com perfeição pelos Músicos da Imperial Câmara e Capela, dirigidos pelo muito hábil Padre José Maurício Nunes Garcia, Mestre da mesma Capela. No dia seguinte pelas 10 horas dignaram-se Suas Majestades a assistir à Missa, que celebrou o Excelentíssimo Bispo Capelão Mor com o seu Cabido em ricos paramentos, sendo presente o mencionado concurso; e sendo a Música do mencionado Mestre da Capela, por ele mesmo dirigida, e executada com perícia.”<sup>42</sup>

Os membros da família real também tinham participação nas atividades musicais, como o príncipe D. Pedro e suas irmãs, que cantavam árias em várias oportunidades, como na

<sup>40</sup> Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1818, n°2, p. 5.

<sup>41</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1819, n°40, p. 1.

<sup>42</sup> Imperio do Brasil: Diario Fluminense. Rio de Janeiro, 23 de Março de 1830, n°65, vol. 15, p. 259

serenata promovida para a chegada do conde D'El e de D. Leopoldina, noiva de D. Pedro, em novembro de 1817 <sup>43</sup>:

“Nesta noite, houve por bem EL REI Nosso Senhor receber no Paço da Real Quinta da Boa Vista o Corpo Diplomático; e em presença assim deste Respeitável Corpo, (...) começou uma magnífica Serenata na Casa da Audiência. Deu princípio a esta pomposa solenidade uma sinfonia composta por Ignácio de Freitas. Dignou-se então o Sereníssimo Senhor Príncipe Real de cantar uma ária com as formalidades seguidas em semelhantes circunstâncias, repetindo este mesmo obséquo as Sereníssimas Senhoras Princesa D. Maria Thereza e Infanta D. Izabel Maria. Depois destas Reais demonstrações de júbilo, seguiu-se a execução do Drama intitulado – Augurio di Felicità, arranjado pelo célebre Marcos Portugal, compositor da excelente música, desempenhada perfeitamente pelos Músicos da Real Câmara; terminando este mesmo Drama com um Elogio também em Italiano, recitado por um dos mais insignes Músicos da Real Câmara.”<sup>44</sup>

A orquestra também teria participação nas festas reais, as quais faziam parte da tradição da corte e, como menciona Fernandes (2011), eram celebradas por ordem régia em ocasiões como nascimentos, mortes, casamentos, vitórias em batalhas e comemorações nacionais relevantes, mesmo que ocorressem muito tempo depois do acontecimento que as movera. Nos festejos era enfatizada a glorificação do rei e a fé comum. Casas, carros e o espaço da festa eram iluminados de formas variadas; salvas de canhões, fogos de artifício e carros alegóricos também podiam compor a grandiosidade da festa. A música estava sempre presente, tanto na parte religiosa com as missas, *Te Deum*, procissões e outras solenidades, como na programação de gala dos teatros, “principalmente as óperas, por serem espetáculos mais completos, com o canto e a dança, indumentárias apropriadas, cenários muito elaborados” (FERNANDES, 2011).

Também se supõe que a orquestra se fez ouvir com o coro de escravos da Fazenda de Santa Cruz, pois há registros das músicas *Praecursor Domini* (1810), *Tamquam Auram* (1812), *Media Nocte* (1818) e *Bendito e Louvado Seja* (1815) como exemplos dessa formação. Cavalcanti (2004) descreve o coro sendo composto por 12 músicos negros, tendo como professores Quintiliano José e Ignácio Pinheiro da Silva. Assim também se compreende a execução da famosa Missa da Degolação de S. João Batista, em agosto de 1818 no Paço de São Cristóvão. A missa teria sido feita com a orquestra completa (madeiras, sopros e cordas) e o coro caberia aos escravos da fazenda, como se constata na orquestração do Moteto para a

---

<sup>43</sup> ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: Real Câmara, p. 1, 3, 17-18.  
<[http://www.acpm.com.br/CPM\\_48-04-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_48-04-01.htm)>

<sup>44</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 12 de Novembro de 1817, n°91, p. 1.

Festa da Degolação de S. João Batista e Missa que lhe é tematicamente vinculada<sup>45</sup>. Há também um relato de Sarraute sobre a *Salvia Enamorada* de Marcos Portugal ter sido tocada na Igreja “do Rosário”, sugerindo certa mistura dos repertórios e espaços religiosos e profanos<sup>46</sup>.

Cunha (1998) relata que em 1808 o único teatro no Rio de Janeiro era o Ópera Nova de Manuel Luís Ferreira. Por conta da prioridade da construção da Capela Real, o Príncipe Regente comprou e apenas renomeou o Ópera Nova como Teatro Régio, funcionando assim até 1813. Freqüentadores do Teatro Régio não consideravam o espaço apropriado para grandes performances, portanto foi aprovado em 1810 o projeto de construção de um novo Teatro no Largo do Rocio, baseado no modelo do Teatro São Carlos em Lisboa, recebendo o nome do Príncipe como forma de homenagem.

Assim, após três anos de construção, foi inaugurado o Real Teatro São João em 1813 e começaram a surgir notícias de diversas apresentações de ópera e dramas, homenagens e peças de música das quais participavam músicos da corte, os quais contavam com a presença da família real. Como diz Cardoso (2011, p. 234), nestas notícias constavam poucos detalhes a respeito dos músicos, trazendo, “quando muito, o nome das obras prometidas e de seus respectivos autores (...) Os demais músicos – regentes e integrantes da orquestra e do coro – quase não são citados por essas fontes.” A primeira representação no Real Teatro foi a ópera *O Juramento dos Numes*, de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho e Bernardo José de Souza Queiroz, mestre e compositor, inaugurando o teatro por ocasião do natalício de D. Pedro de Alcântara, Príncipe da Beira.<sup>47</sup>

Em Andrade (1967, vol. 1, p. 113) é trazido o registro da ópera *Axur, Rei de Ormuz*, de Antônio Salieri (1750-1825), sendo esta sua primeira representação no Brasil. Este espetáculo de gala ocorreu em 17 de dezembro de 1814 por ocasião do aniversário de D. Maria I. Após este, não foram encontrados outros registros de ópera no Real Teatro até o ano de 1817, quando passam a ser representadas anualmente, assim como diversos outros espetáculos líricos, chegando a contar até 16 espetáculos num mesmo ano (em 1822). Em Kiefer (1977) e Pacheco (2007) menciona-se que o repertório era majoritariamente italiano ou em estilo italiano.

---

<sup>45</sup> ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. Rio de Janeiro: Real Câmara, p. 6-7.

<[http://www.acpm.com.br/CPM\\_48-04-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_48-04-01.htm)>

<sup>46</sup> Ibid., p. 4.

<sup>47</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1813, n°83, p.3.

No dia 13 de maio de 1817, após uma Audiência entre o Rei e o Embaixador do Imperador da Rússia, a família real se deslocou ao Real Teatro para assistir a uma apresentação de música e dança:

“À noite dignou-se S. M. honrar o Real Theatro de São João, com a Sua Augustíssima Presença, e de toda a Real Família. Representou-se a excelente peça em música, intitulada *a Vestal*, com uma dança nova, precedendo um elogio a S. M. Nos intervalos se deram espontâneos e unânimes vivas por todo o concurso de pessoas, assim dos camarotes, como da plateia, que à porfia davam as mais decisivas demonstrações de afeto e acatamento.”<sup>48</sup>

No dia 13 de maio de 1818 foi comemorado o aniversário de D. João VI, que contou com homenagens das forças militares, cerimônia de beija-mão, exposição de quadros, apresentações teatrais, musicais e de balé. Segue um trecho que noticia a participação de músicos da Real Câmara neste evento:

“À noite se transportou Sua Majestade, acompanhado de SS. AA. RR. e Real Família ao Real Theatro de São João, onde se ofereceu gratuitamente um agradável espetáculo. (...) Seguiu-se o Drama por Música intitulado *Coriolano* com elegante cenário e rico vestuário. No intervalo do 1º ao 2º ato se executou um Baile sério Pantomimo em um Ato intitulado o *Prodígio da Harmonia*, ou o *Triunfo do Brazil*, inventado e dirigido pelo Compositor do mesmo Teatro Luiz Lacombe, acompanhado de nova Música, composta por Pedro Teixeira de Seixas.”<sup>49</sup>

No dia 20 de janeiro de 1819 foi realizada a comemoração do dia de S. Sebastião, sendo realizada uma Missa, à qual assistiu a Família Real: “(...) Houve por bem Assistir na Sua Real Capela à Missa em Pontifical, que celebrou o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Capelão Mor, com excelente Música executada pelos Músicos da Real Câmara e Capela, uma Oração panegírica ao Evangelho; (...)”<sup>50</sup> Dois dias depois, no dia 22 de janeiro, foi comemorado o aniversário da Princesa de Portugal, na qual o Rei realizou uma recepção de gala para o Corpo Diplomático, a Corte e diversas outras pessoas distintas, se deslocando ao fim do dia para o Real Teatro a fim de assistir às apresentações:

“À noite EL-REI Nosso Senhor, Acompanhado de Sua Augusta Família, se transportou em grande estado ao Real Teatro de S. João, onde, em obséquio ao mesmo Faustíssimo Objeto, se expôs o seguinte divertimento. (...) Seguiu-se a Ópera séria intitulada *a Caçada de Henrique IV*, música excelente da composição do célebre Puccita. No fim do 1º Ato se desempenhou um Baile Sério Pantomimo intitulado *Ulysses e Penélope*, da

<sup>48</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1817, n°40, p.1.

<sup>49</sup> Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1818, n°7, p.1.

<sup>50</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1819, n°7, p.1.

composição de Augusto Toussaint, Primeiro Dançarino do mesmo Teatro; rematando o divertimento com o 2º Ato da Peça.”<sup>51</sup>

No dia 25 de abril de 1820 foi realizada a comemoração do aniversário da Rainha de Portugal, contando com uma apresentação de ópera e dança realizados no Real Teatro:

“Pelas 8 horas da noite, SUA MAGESTADE, Acompanhado da sua Real Família, Se transportou em grande estado ao mencionado Teatro, que se achava iluminado com profusão e elegância. Ao chegar EL-REI Nosso Senhor à Real Tribuna, romperam os espectadores em repetidos Vivas à Sagrada Pessoa de SUA MAGESTADE, e à Sua Real Família, e a música tocou o hino nacional. Seguiu-se a representação da excelente Ópera Séria intitulada *a Vestal*, música do célebre Puccita. No intervalo do 1º ao 2º Ato se executou o novo Baile, *Acis e Galatea*.”<sup>52</sup>

No dia 13 de maio de 1820, aniversário do Rei D. João VI, foram realizadas comemorações pelos militares e Corpo Diplomático, cerimônia de beija-mão, e, por fim, deslocamento da Família Real ao Teatro para assistir à representação de um drama:

“Depois de uma agradável sinfonia, se representou um elogio dramático, intitulado a Homenagem dos Poetas, e, logo que apareceu o retrato de S.M. no Templo da Glória, cantaram os Músicos o hino nacional, estando em pé SS. AA. RR. até findar o mesmo elogio, o qual terminou com a repetição do mesmo hino.

Seguiu-se a representação do Drama *Aureliano em Palmira*, com música do célebre Rossini, e no intervalo do 1º ao 2º Ato se executou um novo Baile intitulado *Apelles e Campaspe*.”<sup>53</sup>

No dia 26 de fevereiro de 1821 foi realizada uma grande cerimônia de comemoração da aprovação da Constituição portuguesa e seu recebimento no Brasil, durante a qual, pela parte da noite, foi representado um drama de Rossini com balé:

“A noite não foi menos brilhante que o dia. Dignando-se EL-REI Nosso Senhor Honrar com a Sua Real Presença o Real Teatro de S. João, transportando-Se em grande estado com toda Sua Real Família, precedendo ao Coche, que o conduzia, além da guarda de honra, outra composta de Oficiais Gerais e Superiores do Estado Maior em grande uniforme. O Real Teatro estava todo iluminado com a maior suntuosidade e elegância, e povoado de imenso número de pessoas em grande gala, e rivalizando a riqueza com o bom gosto (...) Representou-se o Drama, que tem por título *Cenerentola*, música da composição do célebre Rossini, a que um jornalista Francês chama o moderno Orfeu. No intervalo do 1º ao 2º Ato houve um elegante Baile.”<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1820, n°4, p.1.

<sup>53</sup> Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1820, n°5, p.1-2.

<sup>54</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 1821, n°17, p.2.

No dia 13 de maio de 1822, por ocasião do aniversário de D. João VI, foi realizada uma comemoração com música instrumental e vocal, finalizando o dia no Real Teatro:

“Formado o Regimento N. 14 de segunda linha, na Praça da mencionada Vila, renderam-se graças ao Ente Supremo por tão grande benefício, cantando-se solenemente um Te Deum na Matriz (...); ressoou uma bem arranjada Música Instrumental e vocal, e fizeram-se as cerimônias do estilo (...); terminando à noite o festejo, representando-se no Teatro um bem aceito Drama, onde concorreram todas as pessoas condecoradas, para reassumirem mais pompa em tão voluntário e justo divertimento, que deixou a todos satisfeitos (...)”<sup>55</sup>

No dia 22 de janeiro de 1823 foi comemorado o aniversário de Maria Leopoldina, Imperatriz do Brasil, contando com a apresentação de um drama no Real Teatro:

“Hoje em aplauso ao feliz natalício de Sua Majestade a NOSSA AUGUSTA IMPERATRIZ se há de apresentar um novo Drama intitulado Henrique Traslow ou Frederico Segundo, Rei da Prússia.

Esta Peça é bastante aparatosa em Tropa de Infantaria, e Cavalaria, sendo dividida em 3 Atos. No fim do primeiro, Maria Teresa Fasciotti e Paulo Rosquellas cantarão um Duetto, seguindo-se outro Dançado por Madame e Mr. Toussaint, no fim do segundo Ato se cantará um Treceto por Fasciotti, Rosquellas e Vaccani, seguindo-se outro Dançado por Lourenço Lacombe, Maria dos Anjos e Estella Cezefrella. Findando o espetáculo com o terceiro Ato da peça.”<sup>56</sup>

No ano de 1824, em 25 de março, devido a um acidente após a representação de um drama, o Real Teatro sofreu um incêndio que apenas poupou as paredes do prédio, fazendo com um novo teatro precisasse ser construído, sendo desta vez nomeado Imperial Teatro São Pedro de Alcântara, e iniciando uma nova fase no cenário artístico da cidade. Ao se tratar especificamente de óperas, Andrade (1967) sumariza um total de 18 delas sendo representadas neste período entre 1814 e 1824.

## Conclusão

A partir das informações encontradas em bibliografia sobre o tema e análise das fontes primárias foi possível observar a grande participação da Orquestra da Real Câmara tanto no cotidiano da Família Real quanto da população do Rio de Janeiro, seja em eventos sociais ou religiosos, frequentemente unindo instrumentistas e coro com a Real Capela, tornando possível a realização de grandes eventos musicais. Com esta pesquisa foram recolhidos dados

<sup>55</sup> Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1822, n°24, p.3.

<sup>56</sup> Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 1823, n°16, p.4.

sobre o início de suas atividades e sobre seu crescimento tanto em número como em importância, por contar com a participação de músicos excepcionais. Os nomes de vários desses músicos foram encontrados nos registros oficiais e puderam ser organizados em uma lista de instrumentistas a partir da qual foi possível especular uma formação de naipes da orquestra num dado período.

As informações coletadas podem ajudar a compor a visão do cenário da música no Rio de Janeiro no século XIX, e conseqüentemente, ampliar a perspectiva sobre a prática musical no Brasil nesse período. Ficam ainda em aberto questões sobre a atuação do grupo nas óperas do Real Teatro, se os músicos eram fixos nas apresentações do local ou convidados de acordo com a demanda. O trabalho de compositores como José Maurício Nunes Garcia e Marcos Portugal, que tiveram uma presença marcante na música do Brasil Imperial, também é bastante ligado à atividade desta orquestra, fazendo com que a pesquisa sobre este tema possa enriquecer o que já sabemos sobre a história desses e de outros grandes músicos do período.

## **REFERÊNCIAS**

### PERIÓDICOS:

**Almanach do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1816 a 1827

**Collecção das Leis do Brazil de 1808.** Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1891

**Diário do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1821 a 1858.

**Gazeta do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1809 a 1822.

**Idade D' Ouro Do Brazil.** Bahia, 1811 a 1823.

**Imperio do Brasil: Diario Fluminense.** Rio de Janeiro, 1825 a 1831.

### FONTES ELETRÔNICAS:

ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. **Rio de Janeiro: Real Câmara.** Disponível em: <[http://www.acpm.com.br/CPM\\_48-04-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_48-04-01.htm)> . Acesso em: 1 de dez. 2017



ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. **Rio de Janeiro: Real Câmara, Real Capela, contratação de músicos, pagamentos.** Disponível em: < [http://www.acpm.com.br/CPM\\_70-09-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_70-09-01.htm)> . Acesso em: 2 de out. 2021

ACERVO CLEOFÉ PERSON DE MATTOS. **Rio de Janeiro: músicos e famílias de músicos do Rio de Janeiro, de B a V.** Disponível em: < [http://www.acpm.com.br/CPM\\_65-18-01.htm](http://www.acpm.com.br/CPM_65-18-01.htm)> . Acesso em: 3 de out. 2021

#### BIBLIOGRAFIAS:

ANDRADE, Ayres de. **Francisco Manuel da Silva e seu tempo, 1808-1865: uma fase do passado musical do Rio de Janeiro à luz de novos documentos.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, V.I e V.II, 1967

CARDOSO, Lino de Almeida. **O Som Social: Música, poder e sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, séculos XVIII E XIX).** Edição do autor. São Paulo, 2011

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte.** Zahar, 2004

CRANMER, David. 2019. **José Maurício e Marcos Portugal: uma falsa polarização num contexto com múltiplos protagonistas.** Per Musi no. 39, Padre José Maurício: 1-12. e193910. DOI 10.35699/2317-6377.2019.14685

CUNHA, Alcingstone de Oliveira. **The portuguese royal court and the patronage of Sacred music in Rio de Janeiro, 1808-1821.** Tese de Doutorado. Fort Worth, Texas, Southwestern Baptist Theological Seminary, 1998

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. **Festas reais em Portugal e no Brasil Colônia: organização, sentido, função social.** Arte & ensaios, Revista do PPGA/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 23, nov. 2011.

FONTES, Sílvia Drummond Silva. **A Corte Portuguesa no Brasil.** 2006

KIEFER, Bruno. **História da música brasileira, dos primórdios ao início do séc. XX.** Porto Alegre: Movimento, 1977

MATTOS, Cleofe Person de. **José Maurício Nunes Garcia, biografia.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1997

MONTEIRO, Maria do Amparo Carvas. **A corte emigrada: tessitura das relações e a dinâmica dos acontecimentos.** Anais do X Fórum de Pesquisa em Arte, ArtEmbap. Curitiba, 2013

PACHECO, Alberto José Vieira. **Cantoria Joanina: a prática vocal carioca sob influência da corte de D. João VI, castrati e outros virtuosos.** 775f. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007.

SCHERPEREEL, Joseph. **A Orquestra e os Instrumentos da Real Câmara de Lisboa de 1764 a 1834.** Lisboa: FCG, 1985

SPITZER, John; ZASLAW, Neal. **The Birth of the Orchestra: History of an Institution, 1650-1815.** Oxford/New York. Oxford University Press, 2004